INTERVENÇÃO DE M. LUISA FRANÇA,
VICE-PRESIDENTE DA PAX CHRISTI - SECÇÃO PORTUGUESA,
NO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO - NOVA IORQUE, 14/8/89

TL 1444-29

"O processo de descolonização de Timor não terminou ainda e seria bom não deixá-lo no esquecimento", escreve Mons. Belo, Bispo católico de Timor-Leste, ao Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar. Sem dúvida que esta carta dirige-se também a este Comité especialmente encarregado de acompanhar os problemas ligados à descolonização.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores

Este Comité nunca deixou de prestar atenção ao caso de Timor-Leste. Todos os anos, apesar dos interesses económicos e estratégicos poderosos, aceitou repôr na agenda dos trabalhos desta sessão o caso deste pequeno povo porque - com toda a evidência - é um dos direitos fundamentais da carta das Nações Unidas que ficaria violada se se recusasse ao povo timorense exercer o seu direito à autodeterminação, ou se se aceitasse reconhecer como exercício deste direito, actos que não tiveram este significado: "Até agora o povo não foi consultado. São os ~~actos~~ outros que falam em nome do povo, é a Indonésia que diz que o povo de "Timor "Timur" já escolheu a integração, mas o povo nunca disse isso", escreve ainda o bispo católico de Dili, que lança tmabém um apelo: "A minha carta quer alertar o Mundo: os interesses económicos e estratégicos não podem servir de razões para violar os direitos essenciais dum povo, por mais pequeno que seja".

A vossa preseverança no acompanhamento deste caso é louvável, mas a situação de repressão e de opressão exercida pelas forças armadas que invadiram Timor há 14 anos é tal, que esta perseverança corre o risco de se tornar vã se se entrega ao tempo a solução deste problema. De facto, escreve ainda Mons. Belo, "durante este tempo nós morremos como povo e como nação".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores

Vim aqui enquanto Vice-Presidente da Secção Portuguesa do Movimento Internacional da Pax Christi que, pela sua vocação quer construir a Paz na promoção da dignidade profunda de cada ser humano e de cada povo e que, por isso, denuncia todos os sistemas totalitários e ditatoriais, e luta contra a violação da liberdade individual e colectiva. O Presidente da nossa Secção Pax Christi, Mons.

.../...

Manuel Martins, bispo de Setúbal, recebeu do Bispo de Dili uma carta pedindo-lhe para insistir junto do Secretário-Geral para que se organize um referendum sobre a auto-determinação promovido pelas Nações Unidas para o povo de Timor.

"Se o povo de Timor quer a integração na Indonésia, escreve-lhe Mons. Belo, que seja o povo a dizê-lo através dum plebiscito e não pelas armas, a pressão psicológica ou o medo, como é o caso desde 1976 até agora".

O Bispo de Setúbal, nosso Presidente, que se fez ouvir aqui há dois anos--escreve por sua vez "Se o Bispo de Dili se vê forçado a lançar este apelo à realização dum referendum promovido pelas Nações Unidas, é porque após 14 anos de ocupação militar da Indonésia a situação continua insuportável" e cita, apoiando-se no testemunho do Bispo de Dili, as prisões em massa, a tortura "se tornam normais" "as litanias de massacres em nome da segurança", mas também outras violações dos direitos humanos, menos violentas talvez, mas mais graves ainda: "a impossibilidade para os timorenses de exprimir o que sentem, formar associações, reunir-se, circular à noite ..." e ainda "as ameaças e pressões psicológicas que são a realidade quotidiana" "O facto da Indonésia ter invadido e ocupado militarmente Timor, sem dar ao povo a possibilidade de manifestar o que sentem é já em si, um abuso contra os Direitos Humanos e a Carta das Nações Unidas", escreve o Bispo de Dili ao Núncio Apostólico, em Djakarta.

Em todas estas denúncias Mons. Belo tem o apoio do povo de Timor Leste: "esta carta foi recebida com entusiasmo pela população" escrevem os padres da diocese de Dili que manifestam também o seu apoio ao Bispo. A Indonésia, e mesmo personalidades religiosas ligadas ao seu Governo, consideram de forma crítica que o Bispo saiu do seu domínio próprio para entrar no da política. Mons. Belo não toma partido no sentido político do termo, não propõe nenhuma escolha política particular, denuncia as situações de injustiça flagrantes e reclama a aplicação dum direito universal, como é o direito de todo o homem e o dever de todos aqueles que partilham uma autoridade qualquer que ela seja.

Em vez de ser repreendido ou censurado por assumir uma tal atitude ele

.../...

deve ser apoiado.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de que recentemente celebrámos o 40º. aniversário é a pedra angular das Nações Unidas.

Os direitos humanos são a base da justiça, da liberdade e da igualdade para os indivíduos e para os povos, bem como da vida em comunidade.

Um destes direitos, fundamental, é o direito dos povos a uma verdadeira auto-determinação política.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores

Todos nós estamos convencidos da justeza destes princípios mas é preciso tomar os meios necessários para tornar possível e efectivo os direitos que a Carta das Nações Unidas proclama. Para Timor Leste ~~isto~~ a Paz passa muito provavelmente por um referendum organizado e controlado pelas Nações Unidas, e esta Comissão tem certamente um papel a desempenhar neste sentido. O povo timorense espera esse empenho de V. Exas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, muito obrigado.